

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 168.391 - SP (2019/0281536-1)

RELATOR : **MINISTRO MARCO BUZZI**
SUSCITANTE : **RAPIDO TRANSPAULO LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**
ADVOGADOS : **OTTO WILLY GÜBEL JÚNIOR E OUTRO(S) - SP172947**
 CAMILA DE CASSIA FACIO SERRANO - SP329487
 ARTHUR FONSECA CESARINI - SP345711
SUSCITADO : **JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CÍVEL DE GUARULHOS - SP**
SUSCITADO : **JUÍZO DA 4ª VARA DO TRABALHO DE GOIÂNIA - GO**
INTERES. : **LUCIANO MENDES DE SOUZA**
ADVOGADO : **DURVAL CAMPOS COUTINHO - GO026328**

DECISÃO

Cuida-se de conflito positivo de competência, com pedido liminar, instaurado por **RÁPIDO TRANSPAULO LTDA. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**, envolvendo o r. Juízo de Direito da 10.^a Vara Cível da Comarca de Guarulhos/SP, no qual se processa a recuperação judicial da suscitante (Processo n.º 1025650-49.2017.8.26.0224), e o Juízo da 4.^a Vara do Trabalho de Goiânia/GO, onde tramita a Reclamação Trabalhista n.º 0010890-67.2017.5.18.0004, ajuizada por Luciano Mendes de Souza.

Afirma a suscitante que formulou pedido de recuperação judicial, cujo processamento foi deferido em 21/07/2017 pelo Juízo de Direito da 10.^a Vara Cível da Comarca de Guarulhos/SP, com posterior suspensão de atos executórios relativos a créditos trabalhistas (fls. 44-46).

Aduz, contudo, que vencido o prazo de suspensão previsto no art. 6º, da Lei n.º 11.101/2005, o Juízo Trabalhista decidiu retomar os atos executórios, entendendo que havia cessado a competência do juízo recuperacional (fls. 570-573).

Sustenta a recuperanda, porém, que a competência para determinar atos de execução sobre o seu patrimônio é do juízo da recuperação judicial, mesmo depois de ultrapassado o referido prazo de suspensão, conforme exegese do art. 3º, da Lei n.º 11.101/2005, que reputa pacificada na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

Diante disso, postula, liminarmente, o sobrestamento do processo de execução trabalhista com a consequente designação do Juízo da 10.^a Vara Cível da Comarca de Guarulhos/SP, para decidir sobre a destinação dos valores apurados. No mérito, requer a declaração da competência do juízo universal para determinar atos executórios do crédito reconhecido na demanda trabalhista, em curso na 4.^a Vara do Trabalho de Goiânia/GO.

Às fls. 544-547, este signatário deferiu, em parte, o pedido liminar a fim de

sobrestar quaisquer determinações constitutivas/expropriatórias que, nos autos da Reclamatória Trabalhista nº 0010890-67.2017.5.18.0004, em curso no Juízo da 4.^a Vara do Trabalho de Goiânia/GO, afetem o patrimônio da suscitante, e **designar** o Juízo da Recuperação Judicial da 10.^a Vara Cível da Comarca de Guarulhos/SP, para resolver, em caráter provisório, eventuais medidas urgentes, até ulterior deliberação deste relator.

Prestadas as informações (fls. 552-569 e 570-573), o MPF opinou pelo reconhecimento da competência do r. juízo da recuperação judicial (fls. 575-579).

É o relatório.

Decide-se.

1. Inicialmente, destaca-se a competência deste Superior Tribunal de Justiça para o exame do presente incidente, uma vez que envolve juízos vinculados a Tribunais diversos, nos termos do que dispõe o artigo 105, inciso I, alínea "d", da Constituição Federal.

2. Uma vez iniciada a recuperação judicial, **é mister que os atos constitutivos aos ativos da sociedade sejam submetidos ao Juízo Recuperacional, sob pena de esvaziamento dos propósitos da recuperação**, mesmo após transcorrido o prazo de 180 dias (art. 6º, § 4º, da Lei 11.101/2005). Nesse sentido, vale conferir os seguintes julgados:

AGRAVO INTERNO NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. CRÉDITOS TRABALHISTAS. PENHORA ANTERIOR.

1. Encontra-se pacificado na jurisprudência desta Corte o entendimento de que, deferido o pedido de recuperação judicial, as ações e execuções trabalhistas devem prosseguir no âmbito do juízo universal, mesmo nos casos de penhora anterior ou naqueles em que ultrapassado o prazo de suspensão de que trata o artigo 6º, § 4, da Lei 11.101/2005.

2. Agravo interno não provido.

(AgInt no CC 146.036/RS, Rel. Ministro **RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 14/09/2016, DJe 20/09/2016)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. EXECUÇÃO DE CUSTAS JUDICIAIS NO ÂMBITO TRABALHISTA. NATUREZA FISCAL. DEFERIMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO FISCAL. NÃO OCORRÊNCIA. ART. 6º, § 7º, DA LEI Nº 11.101/05, COM A RESSALVA NELE PREVISTA. PRÁTICA DE ATOS QUE COMPROMETAM O PATRIMÔNIO DO DEVEDOR OU EXCLUAM PARTE DELE DO PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. IMPOSSIBILIDADE. POSSIBILIDADE DE PARCELAMENTO. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PRECEDENTES.

1. Em regra, uma vez deferido o processamento ou, a fortiori, aprovado o plano de recuperação judicial, revela-se incabível o prosseguimento automático das execuções individuais, mesmo após decorrido o prazo de 180

dias previsto no art. 6º, § 4, da Lei 11.101/2005. Precedentes.

(...) (AgRg no CC 116.594/GO, Rel. Ministro **LUIS FELIPE SALOMÃO**, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 14/03/2012, DJe 19/03/2012)

E ainda: CC 131.894/SP, Rel. Ministro **RAUL ARAÚJO**, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 26/02/2014, DJe 31/03/2014; CC 146.657/SP, Rel. Ministro **MOURA RIBEIRO**, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 26/10/2016, DJe 07/12/2016.

3. Do exposto, com fundamento no art. 955, parágrafo único, do NCPC c/c Súmula 568/STJ **conheço** do presente conflito e, por conseguinte, declaro a competência do r. Juízo da 10.^a Vara Cível da Comarca de Guarulhos/SP (juízo da recuperação judicial), para a prática de quaisquer atos constritivos/executórios sobre o patrimônio da empresa recuperanda relativos à Reclamação Trabalhista n.º 0010890-67.2017.5.18.0004, ajuizada por Luciano Mendes de Souza, bem como para exercer o controle sobre bens e valores pertencentes à suscitante, que eventualmente ainda permaneçam bloqueados/arrecadados nos referidos autos.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI
Relator